



A CRISE DA COSTA DO MARFIM: A DESCONSTRUÇÃO DO PROJETO NACIONAL E O NEO-INTERVENCIONISMO FRANCÊS

The Crisis in Côte d'Ivoire: The Deconstruction of the
National Project and French Neo-Interventionism

Igor Castellano da Silva¹
Lucas Kerr de Oliveira²
Mamadou Alpha Diallo³

Nos últimos meses presenciou-se uma grave crise política na Costa do Marfim, país da África Ocidental que possuiu cerca de 20 milhões de habitantes e faz fronteira com Libéria e Guiné, a oeste, Mali e Burkina Faso, ao norte, e Gana, a leste – além de ser banhado pelas águas do Oceano Atlântico ao sul (Golfo da Guiné). A crise foi resultado direto do impasse eleitoral de 28 de novembro de 2010, quando a vitória do líder opositor Alessane Ouattara, anunciada por uma Comissão Eleitoral Independente apoiada pela ONU, foi bloqueada pelo Presidente em exercício Laurent Gbagbo – que tinha em seu suporte o Conselho Constitucional do país (órgão legal máximo do Estado). A situação levou a um impasse nacional e internacional.⁴

¹ Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS, mestre em Ciência Política e bacharel em Relações Internacionais pela mesma universidade. É Diretor Administrativo do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia- ISAPE. igor.castellano@gmail.com

² Doutorando em Ciência Política pela UFRGS, mestre em Relações Internacionais pela mesma universidade. É Diretor Geral do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia- ISAPE. lucaskerr@yahoo.com.br

³ Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS, mestre em Ciência Política pela mesma universidade. É pesquisador do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia- ISAPE. mmalpha2004@yahoo.fr

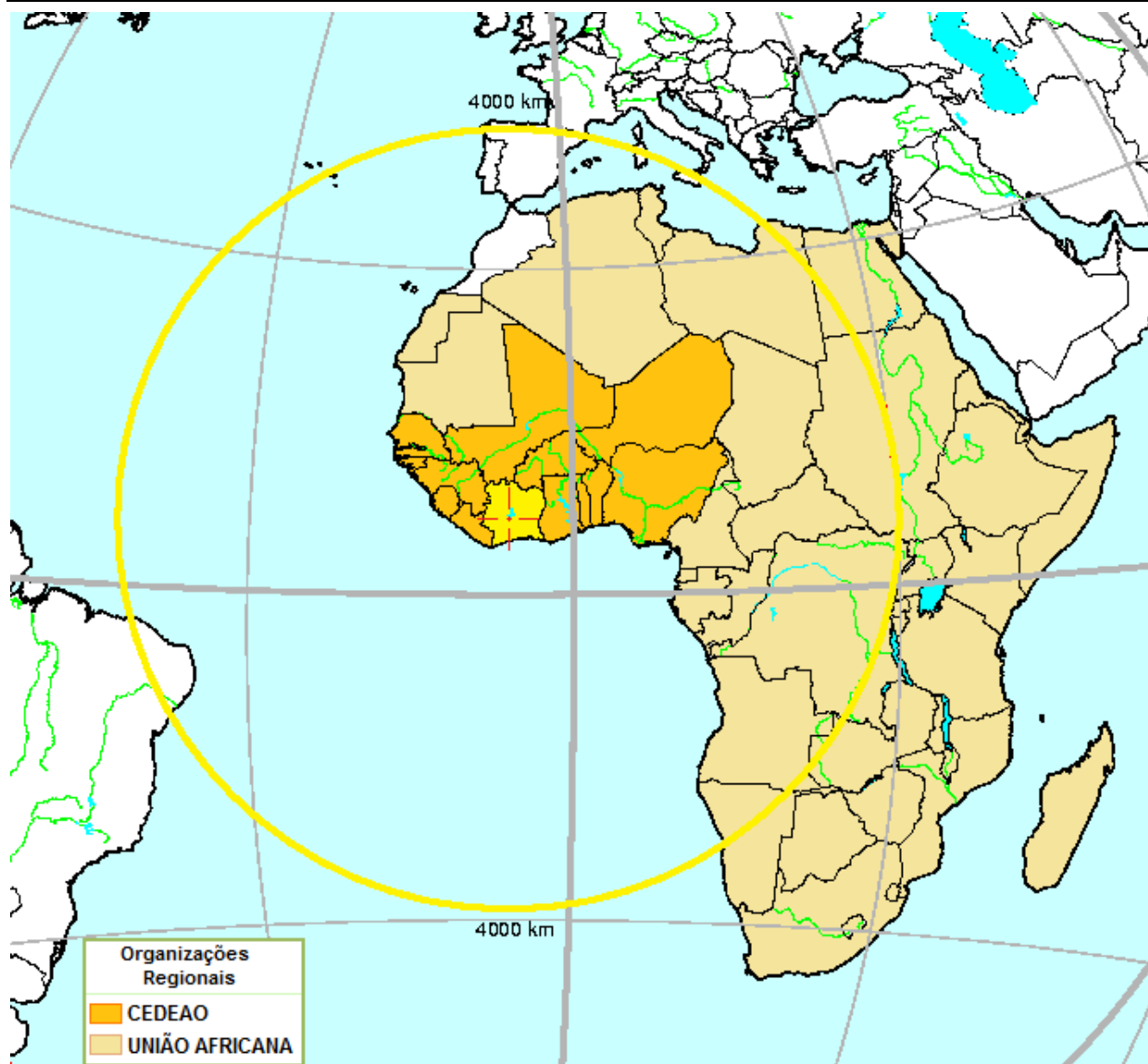
⁴ Enquanto a Comissão Eleitoral Independente (CEI) avaliou que o segundo turno da eleição de 28 de novembro de 2010 transcorreu sem problemas e que foi vencido por Ouattara (vitória com 54% dos votos e reconhecida pela ONU), o Conselho Constitucional do país declarou o atual governante, o Presidente Laurent Gbagbo, como vencedor. Ouattara foi claramente apoiado pela França ao longo da última década e tem seu principal curral eleitoral no norte do país. O Presidente Gbagbo, contestou o resultado da CEI em quatro regiões do norte do país, considerados “currais eleitorais” de Ouattara. Com a anulação dos votos contestados, Gbagbo obteve 51% dos votos válidos.

Ouattara permaneceu cercado em um hotel na capital econômica do país Abidjan, da onde estabeleceu um governo paralelo apoiado pela CEDEAO/ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), pela União Européia (mormente pela França) e pelos EUA – mas que foi tacitamente rejeitado por lideranças regionais importantes como Angola e África do Sul. Ademais, ambos os políticos instrumentalizaram milícias aliadas que datam do período da guerra civil do país (2002-2007) – com o intuito de estabelecer, pela força, a garantia do governo nacional (Gbagbo também continuou controlando as Forças Armadas nacionais). Ouattara ainda se valeu do banimento das exportações de cacau nas áreas sob controle de suas forças – o que foi complementado com o embargo da União Européia ao governo de Gbagbo e o bloqueio internacional dos ativos do Presidente.

A solução da crise se direcionava a uma intervenção regional em prol de Ouattara, sob os auspícios da CEDEAO e mediante a direção nigeriana. Todavia, a hesitação da CEDEAO e a preferência pela União Africana (UA) como fórum decisório privilegiado acerca da intervenção levou a um impasse nas tratativas (vide mapa 1) – o que abriu espaço para uma atitude mais contundente por parte da França de Nicolas Sarkozy. A ex-metrópole aumentou seu contingente militar na Costa do Marfim e estabeleceu uma intervenção direta que levou à derrubada de Gbagbo em 11 de abril. Como saldo de uma crise marcada por massacres entre forças milicianas e ataques a populações civis contabilizou-se pelo menos três mil mortos, cerca de 190 mil refugiados em países vizinhos (UNACI, 2011), além de estimativas de até um milhão de deslocados internos (TIME, 2011; SMITH, 2011; IRIN, 2011c).

Embora a situação na Costa do Marfim não esteja completamente resolvida e ainda existam diversos focos de combate entre as forças pró-Gbagbo e pró-Ouattara, a ascensão deste último à Presidência, sob apoio direto do intervencionismo francês, marca uma nova fase na política marfinense, com claras implicações para toda a região da África Ocidental. Este texto busca analisar os fatores internos e externos relacionados à crise e questionar sobre a sustentabilidade da solução adotada, a saber, o recurso ao intervencionismo extra-regional.

Mapa 1 – Costa do Marfim: Organizações regionais africanas envolvidas na crise



Notas: Mapa traçado a partir do centro, de um círculo com raio de 4000km que envolve a África Ocidental e parte do Golfo da Guiné, no “Atlântico Sul”. Elaborado pelos autores a partir de mapa em Projeção Azimutal Equidistante, com escala radial de 500km/cm, produzido com o Software AZ PROJ v. 1.1.6beta5, jan. 2002

Fonte: [HTTP://wm7dnet/azproj.shtml](http://wm7dnet/azproj.shtml)

Origens da Crise: A desestruturação do projeto de Estado

As principais variáveis internas relacionadas à crise estão diretamente relacionadas à desestruturação do projeto de Estado nacional da Costa do Marfim. Este havia sido adotado parcialmente pelo presidente Félix Houphouët-Boigny (1960-1993)

e foi desconstruído a partir de políticas recorrentemente desestruturadoras do poder estatal, adotadas desde a posse do Presidente Henri Konan Bédié em 1993.

O projeto de Estado de Houphouët-Boigny

É possível afirmar que, a despeito das limitações na distribuição de direitos políticos e civis à população marfinense e da aliança estreita junto à Paris, o regime de 33 anos de Houphouët-Boigny, esteve baseado na tentativa de construção de um projeto nacional. A utilização do exército nacional como forma de emponderamento das camadas menos abastadas da população, a inclusão dos imigrantes, a diversificação econômica, o início de um processo de industrialização e a entronização do desenvolvimento são exemplos dessa política.

No que tange ao exército, importa que durante o regime de Houphouët-Boigny as Forças Armadas se tornaram uma das bases de apoio ao Presidente, principalmente após o início das pressões para a liberalização do regime, a partir da década de 1980, decorrente da incapacidade do Estado em controlar o declínio econômico em meio à crise financeira que se abateu sobre os países do chamado Terceiro mundo naquela década. Os militares adquiriram importantes funções não somente nas estruturas do Estado, mas também no desenvolvimento nacional (KOHLER, 2003:17). Dentre as funções cumpridas pelas *Forces Armées Nationales de Côte d'Ivoire* (FANCI), pode-se citar a administração de serviços públicos civis e a ocupação de funções de direção em hospitais, bem como de ministros e embaixadores. Além disso, os militares desempenharam papel importante no desenvolvimento de infraestrutura, na construção de rodovias, na agricultura e na pesca, em atividades marítimas e na administração da companhia aérea nacional (GBERIE e ADDO, 2004:15).⁵

Outra política relevante de Boigny foi a mediação do problema da imigração intra e internacional em direção à região centro-sul do país. Cumpre informar que a

⁵ A utilização dos militares como peça chave para o projeto de desenvolvimento chegou a resultar em incapacidades na tarefa básica da defesa nacional. Desde o pós-independência esta tarefa foi confiada em certa medida à França. Com a antiga metrópole foi firmado um Pacto de Defesa Mútua a partir do qual foi permitida a permanência de forças francesas no território nacional (COOK, 2011:3). Como resultado, a capacidade de combate das FANCI foi sempre reduzida.

região austral da Costa do Marfim foi privilegiada desde o período colonial, com a construção de infraestrutura básica (portos e rodovias) e o provimento de serviços médicos. A preferência pela região devia-se ao seu potencial agrícola para produtos tropicais, superior ao do norte e ao do oeste. Logo na década de 1930, a Costa do Marfim se tornou um grande produtor de cacau e café, cujas plantações estiveram localizadas mormente no sul (KOHLE, 2003:13). As riquezas da região ainda aumentaram com o *boom* econômico do pós-independência (1960), também chamado de "milagre marfinense", quando o PIB do país chegou a crescer a taxas de 10% ao ano. O crescimento deste período esteve baseado na expansão da produção de cacau⁶, da mineração, nos investimentos em infraestrutura e na construção de uma base industrial relativamente concreta (KOHLE, 2003:16). Esta incluía, além da consolidação da indústria extrativa, o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo, especialmente as indústrias alimentícia e têxtil, além da criação de uma infra-estrutura energética e de uma indústria petroquímica no país.⁷

Esta expansão econômica foi garantida pelos preços agrícolas favoráveis, a expansão da produção no cinturão do cacau do sul e a migração de trabalhadores das regiões norte do país e de países vizinhos do norte (mormente Mali e Burkina Faso) – o que já ocorria desde o período colonial (COOK, 2011:3). Antevendo complicações com o aumento expressivo do número de imigrantes estrangeiros e nacionais nortistas na região centro-sul do país, Boigny adotou políticas inclusivas e integracionistas: distribuiu posições governamentais aos migrantes e facilitou a empregabilidade destes no setor agrícola (GBERIE e ADDO, 2004:18).

Por fim, o presidente marfinense teve papel central para a diversificação econômica do país. O desenvolvimento econômico do centro-sul permitiu a Costa do Marfim assumir o status de maior produtor mundial de cacau. O café e o cacau,

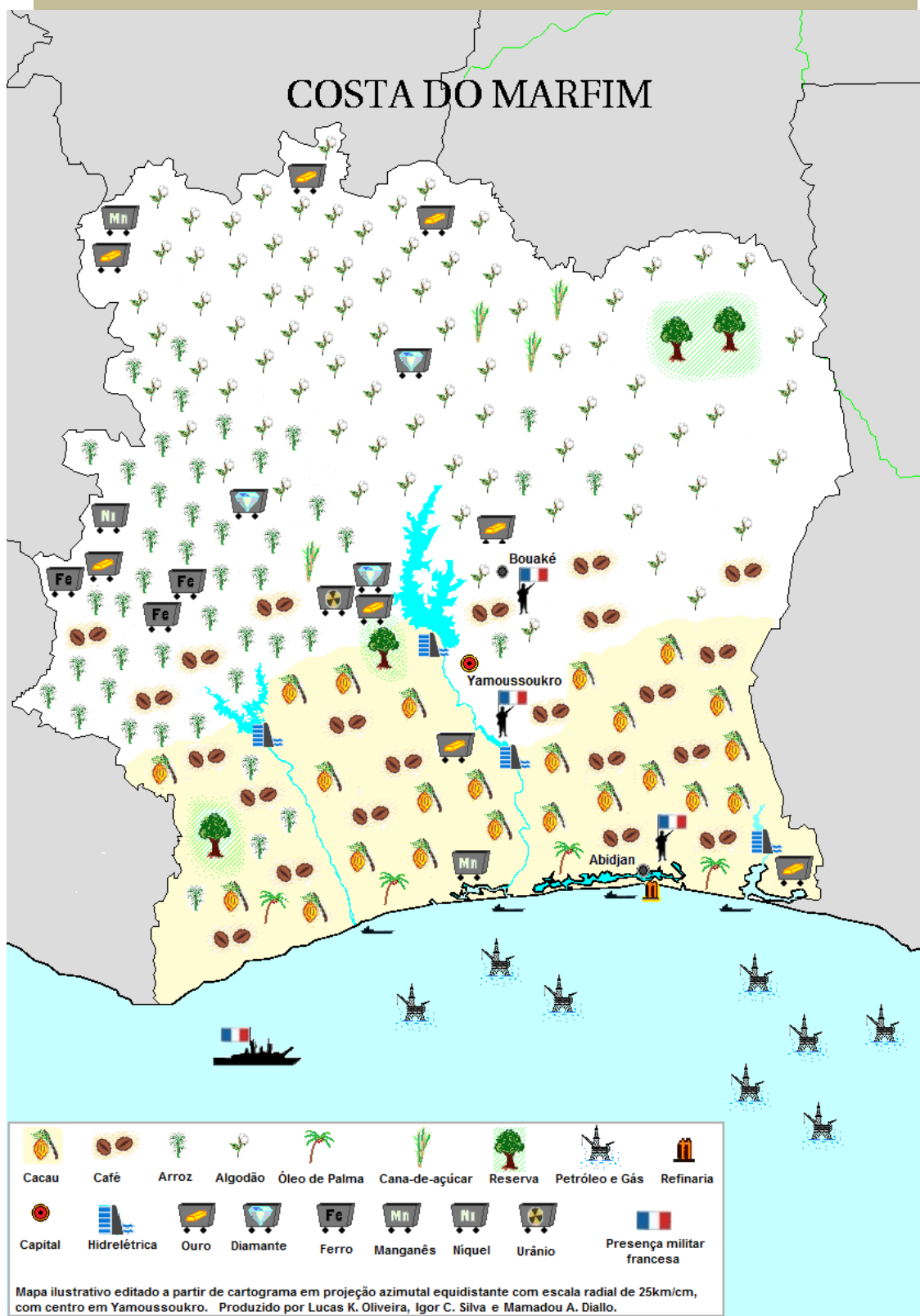
⁶ Na passagem dos anos 1960 para os 1970 o país se tornou o maior produtor mundial de cacau.

⁷ Em 1975, Houphouët-Boigny criou a PETROCI, Société Nationale d'Opérations Pétrolières de Côte d'Ivoire, uma empresa petrolífera estatal, que ficaria responsável pela criação de uma refinaria e de um sistema de distribuição de derivados de petróleo. Boigny também construiu cinco grandes hidrelétricas, com destaque para as Usinas de Kossou e de Buyo, além de uma grande termelétrica e várias térmicas menores. Como resultado da construção destas hidrelétricas, a Costa do Marfim chegou a produzir 90% da sua energia a partir de usinas hídricas nos anos 1980, índice que caiu para menos de 40% nos anos 2000 após a privatização parcial da infraestrutura energética do país.

plantados principalmente no centro-sul, somados, representam 40% das receitas das exportações da Costa do Marfim e aproximadamente 20% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Por outro lado, o país foi adquirindo gradualmente uma relativa diversificação econômica, incentivada com os períodos de crise nos preços deste produto, mas que contou com o uso planejado dos rendimentos auferidos do cacau para investir em infraestrutura nos anos 1960 e 1970⁸. No norte do país, onde predomina o plantio de algodão (região noroeste), também ocorreu alguma diversificação econômica, com a expansão da produção de cana-de-açúcar, fumo e arroz (regiões centro-leste e centro-norte) e alguma expansão da criação de gado (vide mapa 2).

⁸ Atualmente a Costa do Marfim possui uma das economias mais diversificadas dentre os países que compõem a união monetária da UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano), representando cerca de 40% do PIB do conjunto dos países do bloco.

Mapa 2 – Costa do Marfim: Recursos Naturais e Regiões Agrícolas



Com exceção da indústria petroquímica, a maior parte das atividades industriais do país estão ligadas à fabricação de bens de consumo não duráveis ou semiduráveis (alimentos, têxteis, vestuário). Uma das origens dessa capacidade está na estratégia de Houphouët-Boigny de deslocar a capital nacional em 1983 do litoral (Abdijan) para o centro do país (Yamoussouko), próximo à usina hidrelétrica de Kossou. Este movimento contribuiu para a interiorização do crescimento e a ascensão da cidade nortista de Bouaké, tornando-a a maior base industrial nacional, além de segunda maior cidade do país.

As políticas desestruturantes de Henri Konan Bédié e as suas consequências

Após a morte de Houphouët-Boigny em 1993 e a ascensão de Henri Konan Bédié à presidência, a Costa do Marfim adentrou em um ciclo desestruturador de conflito social e de disputa entre as elites regionais, o qual resultou na guerra civil de 2002, mantendo o conflito vivo, de certa forma, até os dias atuais. O início deste ciclo está relacionado à crise econômica anterior, gerada pela deterioração dos termos de troca e pela redução da capacidade do Estado de gerar o crescimento econômico.

Com a chegada da década de 1980, o choque das contas externas (aumento dos preços do petróleo e dos juros) levou à instabilidade macroeconômica e ao declínio do crescimento, agravados pelas secas e subsequentes quedas nos preços do café e do cacau, ainda na primeira metade da década. Como resultado deste processo, o PIB per capita do país reduziu-se mais de 15% entre 1980 e 1985 e a economia continuou em declínio, a despeito das tentativas do Presidente Houphouët-Boigny de controlar as exportações de cacau para manter em alta os preços do produto. A crise da década de 1980 teve como consequência o avanço do desemprego, o aumento de 61% da informalidade na economia e a pauperização da população, já que entre 1988 e 1993, a pobreza dobrou no país, enquanto que em Abidjan aumentou dez vezes (KIEFFER, 2000:26-44). Foi nesta conjuntura que a Costa do Marfim tornou-se um dos primeiros países-alvo dos programas de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial, que resultaram na abertura do mercado marfinense aos produtos estrangeiros, associado a

políticas fortemente recessivas e de redução dos gastos públicos, que atingiram inclusive serviços básicos como educação e saúde.

Os massivos protestos sociais, com grande participação das classes médias urbanas, estudantes, professores e funcionários públicos, levaram às eleições multipartidárias de 1990, nas quais Boigny acabou (re)eleito para um mandato que não completaria.

A crise que marcou o fim do governo Boigny foi bastante impactante para uma economia que recém começara a se diversificar. No início dos anos 1990, sob o impacto do chamado Consenso de Washington começa um programa de privatização da infraestrutura estratégica do país, incluindo a venda das primeiras empresas de distribuição de energia, ainda sob o governo Boigny. Entretanto este processo não apenas se mostrou falho em solucionar a crise econômica, como ainda, aprofundou a tensão social ao longo dos anos 1990, na medida em que resultou na redução da capacidade estatal de oferecer serviços públicos essenciais. Parte da infraestrutura, incluindo empresas de energia e de distribuição de combustíveis foram privatizados, resultando no aumento dos custos médios de combustíveis, de eletricidade e dos transportes para a população.

Todavia, a questão mais problemática relacionada à dicotomia crescimento/crise econômica, diz respeito à situação dos migrantes internos e externos. O aumento da presença imigrante e de marfinenses de origem estrangeira no ambiente rural (chegando a quase 40% da população em algumas regiões) e o crescimento econômico (que levou à urbanização) foram fatores problemáticos, na medida em que a economia não conseguia administrar o êxodo rural, gerando desemprego nas cidades – incrementado pela liberalização econômica – e resultando em processos de retrocesso demográfico e “retorno ao campo” (WHANDE, 2010). O ambiente rural, contudo, já estava repleto de migrantes ou descendentes de migrantes que ocupavam as posições deixadas pelas populações locais.

Os desequilíbrios sociais gerados por essa situação foram enormes, abrindo espaço para o surgimento da xenofobia, manifestada na forma de leis de cidadania excludentes e de mitos de uma *ivoirité* que denunciava os descendentes de imigrantes e,

posteriormente, também os nortistas como sendo falsos marfinenses, além de valer-se do segregacionismo religioso – a maioria da população imigrante e do norte é mulçumana enquanto que a dita “verdadeiramente marfinense”, a sulista, é predominantemente cristã (COOK, 2011:40).

As tensões incentivadas pela xenofobia levaram à ebulição de antagonismos políticos e militares, além da mobilização estudantil e de núcleos de trabalhadores. Esta tensão social adentrou à esfera política após a morte de Houphouët-Boigny e a ascensão de Henri Konan Bédié como presidente (1993-1999). O colapso econômico, o qual continuou na década de 1990 com a permanência da deterioração dos termos de troca, levou ao novo Presidente Bédié buscar um bode expiatório para a crise. A partir da ideologia da *ivoirité*, construída por intelectuais do sul do país (BAH, 2010), os sulistas passavam a ser vistos como autênticos cidadãos marfinenses (filhos de ambos os países nascidos no país), enquanto que os imigrantes e filhos de imigrantes, eram tratados como estrangeiros sem direitos. Com o tempo, o conceito de *ivoirité* tornou-se ainda mais restrito e os imigrantes internos vindos do norte da Costa do Marfim também passaram a ser discriminados como sendo não-marfinenses.

Entretanto, em 1990 mais de dois milhões de não-marfinenses moravam e trabalhavam legalmente no país. Essa população passou a ser acusada de roubar os empregos dos marfinenses e obrigada, em algumas circunstâncias, a parar de trabalhar (KOHLE, 2003:18). Em 1998, tal situação tornou-se tão crítica, que permitiu a Bédié editar uma lei restringindo ainda mais a cidadania e os direitos políticos dos “não marfinenses”, proibindo-os até mesmo de adquirir terras, e restringindo o acesso destes a serviços públicos essenciais.

Nota-se ainda, que esta ideologia da *ivoirité* servia também aos propósitos da decadente oligarquia cacaueteira-cafeicultora sulista que havia se estabelecido como uma elite tipicamente rentista e que havia assistido à queda dos preços de suas commodities destinadas ao mercado internacional e ao aumento dos custos de produção como terras e mão-de-obra (WOODS, 2004). Ao excluir os não sulistas da disputa por terras e das disputas políticas – incluindo as eleições e os principais cargos públicos –, esta elite

conseguia conservar parte do seu prestígio, mantendo o controle da propriedade das terras e dos principais cargos no governo.

Para além dos desequilíbrios sociais, a adoção da ideologia da *ivoirité* teve origens nas próprias disputas políticas que envolviam a sucessão presidencial após a morte de Houphouët-Boigny. É possível afirmar que o Presidente preparava o Primeiro Ministro Alessane Ouattara para assumir a tarefa. Além de ter sido o único Primeiro Ministro de Houphouët-Boigny, Ouattara havia sido indicado para o cargo pelo FMI e o Banco Mundial quando ocupava a posição de governador do Banco Central dos Estados da África de Oeste (BCEAO).

Após a morte do Presidente, Ouattara passou a disputar a sucessão presidencial com o Presidente da Assembléia Nacional, Henri Konan Bédié. Este, contudo, se saiu vitorioso, mas percebeu a necessidade de eliminar a concorrência do preferido de Boigny. É neste contexto que foi construído um novo Código Eleitoral (1994) baseado na lei da *ivoirité* – que baniu à candidatura de políticos que não tivessem ambos os pais marfinenses e que não tivesse vivido no país continuamente nos últimos cinco anos. Assim, Ouattara foi automaticamente excluído das eleições presidenciais de 1995 e 2000, pois foi acusado ser burkinabé (sua mãe seria supostamente originária de Burkina Faso) e, além disso, residia nos EUA desde dezembro de 1993 a serviço do FMI (do qual foi diretor geral adjunto até 1999).

Concomitantemente, novas disputas entre elites surgiram. Entre elas pode-se elencar a crise dos militares e a ascendência de Laurent Gbagbo.

No primeiro caso, cumpre salientar que, com a morte de Houphouët-Boigny, o novo Presidente, Bédié, retirou algumas posições político-administrativas privilegiadas das FANCI, enfraquecendo suas estruturas como força concorrente, e as utilizando primordialmente como elemento de repressão social. Uma das atitudes mais ousadas foi remover o General Robert Güéi – personalidade com grande influência e liderança em alguns círculos militares – da posição de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, colocando-o em posições secundárias no governo (como, por exemplo, Ministro dos Esportes). Güéi foi retirado do governo principalmente por ter se recusado a reprimir protestos civis contra fraudes eleitorais em 1995. A inflexão de Bédié, eleito em 1995,

influenciou diretamente no golpe de Estado imputado em 24 de dezembro de 1999, articulado por Guéï, apoiado pelos militares e pelas lideranças regionais de origem nortista, que combatiam a ideologia da *ivoirité* e lutavam contra a utilização das Forças Armadas para a repressão social.

Todavia, a ascensão do General Robert Guéï, com o golpe de 1999, fez com que este se distanciasse de sua plataforma anterior, alinhada às políticas de Houphouët-Boigny e ao projeto nacional. O General, outrora crítico do apelo à *ivoirité*, acabou mantendo o código eleitoral excludente – o que impediu novamente a participação de Alessane Ouattara do processo eleitoral realizado em 2000, vencido por Laurent Gbagbo.

A possibilidade de mobilização política a partir do discurso da *ivoirité* também seduziu Gbagbo. O novo Presidente havia sido uma liderança política de referência na luta pela democratização do regime de Boigny, além de ter adotado uma postura ética nas eleições de 1995, se opondo à legislação eleitoral da *ivoirité* e aliando-se ao bloco oposicionista de Ouattara no boicote às eleições. Todavia, nas eleições de 2000, ao perceber as vantagens que as regras da *ivoirité* geravam ao bloquear o seu maior concorrente civil à Presidência (Ouattara), Gbagbo rompeu com o bloco da oposição e adotou o discurso xenófobo, também como forma de fortalecer sua base de poder com os nacionais sulistas e a elite agrária do cacau e do café.

A posição contribuiu para o surgimento de um grupo armado com base de sustentação em populações do norte do país, o *Mouvement Patriotique de la Côte d'Ivoire* (MPCI). Este grupo era composto por uma mistura de soldados exilados, mormente do norte, e estudantes revoltos com as políticas da *ivoirité*, de discriminação e de exclusão de direitos dos povos do norte e dos descendentes de imigrantes. Por seu turno, o governo de Gbagbo era defendido pelas FANCI e pelo grupo *Congrès Panafricaine des Jeunes Patriotes* de Charles Blé Goudé, o qual era pautado por bases islamofóbicas e xenófobas.

As tensões exacerbadas levaram à radicalização política e à explosão da guerra civil em 2002. A violência iniciou-se em Abidjan e logo se expandiu para cidades do norte, como Korhogo e Bouaké. Nos primeiros dias de combate, 400 pessoas morreram;

inclusive o ex-Presidente General Guéï, o qual foi assassinado com toda sua família por tropas aliadas a Gbagbo (GBERIE e ADDO, 2004:16). Apesar de conseguir retomar Abidjan, as tentativas de Gbagbo de recapturar as cidades do norte foram repulsadas – ao mesmo tempo em que forças francesas adentravam a Bouaké para resgatar seus nacionais e estudantes norte-americanos (em 2002 havia 20.000 nacionais franceses no país). O estabelecimento de tropas francesas na linha de frente do teatro de operações (Operação Licorne – a qual se valeu inicialmente de tropas já presentes no país) resultou na divisão formal do país em duas partes e no bloqueio do possível avanço rebelde à porção sul do território nacional (KOHLE, 2003).

Neste contexto de instabilidades, surgiram em novembro de 2003, no oeste do país, dois novos grupos rebeldes, o *Mouvement Populaire du Grand Quest* (MPIGO) e o *Mouvement pour la Justice et la Paix* (MJP). Ambos buscavam vingança pela morte do General Guéï, bem como a queda de Gbagbo. Acredita-se que os movimentos eram formados por mercenários liberianos ex-combatentes do *Revolutionary United Front* (RUF) de Charles Taylor, o qual era antigo aliado de Houphouët-Boigny e do General Robert Guéï. Estes grupos do oeste eram caracterizados pela pilhagem, o vandalismo e o terror (GBERIE e ADDO, 2004:16). Em 2004, os três grupos rebeldes (MPCI, MPIGO e MJP) se uniram nas *Forces Nouvelles de Côte d'Ivoire* (FNCI), comandadas por Guillaume Soro.

O rompimento de Laurent Gbagbo com a França

Se a adoção da percepção da *ivoirité* havia gerado efeitos negativos à estabilidade nacional, o rompimento com a França deteriorou a capacidade de Gbagbo se manter no poder. O Presidente era visto inicialmente como um aliado da França frente a forças mais extremadas. De fato, durante o período inicial da guerra civil a França se portava como um ator neutro que pendia para o lado do governo. Todavia, o grande divisor de águas foi o rompimento do Presidente com a antiga metrópole. Dois fatores contribuíram para o processo: a manutenção da lei da *ivoirité* e o estabelecimento de parcerias alternativas por parte do presidente.

A manutenção da lei da *ivoirité* (art. 35 da Constituição nacional)⁹, por Gbagbo, com vistas a descartar Ouattara nas eleições legislativas, preocupava a França na medida em que isso provocava revoltas populares e tensões também contra franceses habitantes no país. A situação era prejudicial aos interesses econômicos e políticos da França não apenas na Costa de Marfim, mas em toda a África francófona. Segundo Michel, Beuret e Woods (2008), a manutenção do supracitado artigo 35 e a descoberta de cinquenta e sete corpos de cidadãos franceses em um bairro popular de Abidjan foram suficientes para Paris colocar Gbagbo em quarentena, e provocar a aproximação deste último com Pequim.

Ao efetuar sua primeira viagem a China em abril de 2002 e ao receber uma delegação chinesa em Abidjan em junho do mesmo ano, Gbagbo firmou acordos inesperados pela França e muito menos por seus empresários, que até então dominavam a maior parte dos setores econômicos da Costa de Marfim. A Sinopoc, companhia chinesa de petróleo, assinou contratos de prospecção de petróleo no litoral da Costa de Marfim, enquanto a China deu cerca de 33 milhões de euros para a construção de prédios públicos na capital política Yamoussoukro, além da anulação da dívida externa daquele país para com a China (CAUBIN, 2010: 54).¹⁰

Entre as companhias francesas ameaçadas pela presença chinesa pode-se citar a Bouygue¹¹, do setor de água e de eletricidade, a Balloré, do setor de infraestrutura e transporte públicos (portos, estradas de ferro, etc), entre outras no setor de tabaco, café e cacau. O enfraquecimento da posição anteriormente ocupada pelas companhias francesas, em setores como a mineração – que atualmente corresponde a 10% das exportações marfinenses –, tornou-se gradativamente mais significativo ao longo da

⁹ A partir de agosto de 2002, os princípios da *ivoirité*, antes adotados como ideologia populare e regra eleitoral, tornaram-se parte da nova Constituição nacional (art. 35). Este artigo reforçava as condições a serem preenchidas por qualquer candidato ao cargo de Presidente da República. Entre os critérios fixados, destaca-se o fato do candidato deve ser marfinense de origem e possuir pai e mãe também marfinenses de origem.

¹⁰ A este respeito, Michael Beuret e Woods (2008:165), afirmam que, para coroar a boa parceria com a Costa de Marfim em maio de 2007 a China anulou 40% da dívida bilateral (18 milhões de euros), além de financiar por 10 milhões de euros a construção de um hospital e de duas escolas rurais no país..

¹¹ Proprietária de FT1 (France Telecom 1), Bouygue é uma empresa de Martin Bouygue, amigo de Ouattara, de Blaise Compaoré presidente do Burkina Faso, que é fiel a Paris e aliado de Taiwan (Michel, Beuret, 2008: 164).

atual década, em que cresceu muito rapidamente o valor de minerais como diamantes, ouro, ferro, manganês, níquel, cobre ou, ainda, de minerais estratégicos como urânio. A petrolífera semi-estatal francesa Total e outras empresas francesas de mineração como a Cogema e a Areva (ouro, diamantes e urânio) ou a OSEAD (urânio), passaram a enfrentar a concorrência cada vez mais acirrada de mineradoras de outros países.¹²

Assim, enquanto a França, pela voz de seu então presidente, Jaques Chirac, pressionava e ameaçava Gbagbo (situação evidente no 22º encontro França-África de 2003), a China se apresentava como um novo “benfeitor” da Costa de Marfim e de seu Presidente – defendendo-o na ONU, ao acusar os países ocidentais de imparcialidade no tratamento da crise de Costa de Marfim, além de garantir o pagamento de alguns meses de salário aos funcionários públicos do país em 2003 (MICHEL, BEURET e WOODS, 2008:165).

Como fator agravante deste rompimento, houve o avanço das tropas governamentais após o início de novas ofensivas em 2004, quando Gbagbo ordenou ataques aéreos contra os rebeldes do norte. Os ataques à Bouaké em novembro, atingiram soldados franceses, ferindo trinta e um e matando nove, além de um cidadão norte-americano (COOK, 2011:19). Deliberados ou não, os ataques foram pesadamente retaliados com a destruição da pequena Força Aérea marfinense e a tomada do aeroporto de Yamoussouko e das ruas de Abidjan (centro econômico do país e antiga capital) por tropas francesas. Por outro lado, grupos aliados de Gbagbo atacaram marfinenses de origem francesa e cidadãos franceses, o que levou a represálias das tropas francesas à própria população marfinense. Desde então, as relações de Gbagbo com a França foram marcadas pela instabilidade, a despeito do reatamento de relações diplomáticas em 2004.

Além disso, contribuiu para a desestruturação das estruturas estatais a fragilidade do processo de paz do conflito civil. A paz-negociada foi acordada inicialmente em

¹² Incluindo empresas sul-africanas, canadenses (Etruscan Resources Inc, La Mancha Resources Inc, Eden Roc Mineral Corporation, Semafo, Sama Resources), australianas (Equigold NL, Perseus Mining, Carnegie Corporation), americanas (Golde Star Resources), inglesas (Randgold Resources, Cluff Gold), chinesas (China National Geological & Mining Corp. - CGM) e indianas (Tata Steel e Dharni Sampda Pvt. Ltd).

janeiro de 2003 (Acordo Kléber ou Linas-Marcoussis, assinado em Paris), que estabelecia, entre outros termos, um governo de reconciliação nacional e a distribuição de poder nas instituições estatais (*power-sharing*). O Acordo de Paz foi sustentado pela França, que aumentou o número de tropas permanentes no país em fevereiro de 2003¹³, mediante a autorização do CSNU (resolução 1464), que também autorizou a força dos países da África Ocidental mediante a missão ECOMICI – a qual atuou inicialmente em suporte à iniciativa francesa e, posteriormente, submetida às forças da ONU no país, estabelecidas em 2004 (ONUCI), em paralelo às forças francesas (COOK, 2011:19).

Todavia, a fragilidade do processo de paz – Gbagbo controlava as nomeações para cargos do governo e para empresas estatais e as desigualdades de cidadania não foram abolidas – fez com que as forças do norte e do oeste retomassem a luta armada para garantir suas reivindicações políticas. Como destacado por Abu Bah (2010), o processo de organização de um processo de paz através do simples cessar-fogo e tentativa de formação de um governo transitório através de *power-sharing*, mostrou-se bastante ineficaz, na medida em que não garantiu mudanças substanciais nas causas mais profundas do conflitos sociais, como as disputas por terras, os conflitos por participação política e as desigualdades regionais e de cidadania geradas pela *ivoirité*.

Posteriormente, os prazos de desarmamento e desmobilização acordados em julho de 2004 (Acordo de Acra III) não foram cumpridos pelas partes. Somente em abril de 2005, com a mediação do então Presidente sul-africano Thabo Mbeki é que as negociações tiveram um fechamento, representado no Acordo de Pretória – o qual possibilitou o início do processo de desarmamento dos rebeldes e a assinatura de um novo acordo em março de 2007. Este novo acordo deu condições para a entrada de Guillaume Soro no governo (como Primeiro Ministro); para o início da integração militar, o desarmamento das milícias rebeldes e o fim das linhas de frente; e para a declaração por parte de Gbagbo de que a guerra havia chegado ao fim. Entretanto, o processo continuou instável, principalmente pelo adiamento recorrente das eleições

¹³ A França mantém historicamente uma presença militar permanente de 600 homens no país desde o Pacto de Defesa assinado na década de 1970. Com a deterioração da situação após 2002, o efetivo foi aumentado para 4000 tropas - as quais buscavam separar as forças beligerantes do norte e do sul.

presidenciais que estavam previstas para outubro de 2005 conforme o acordo Linas-Marcoussis (GBERIE e ADDO, 2004). Nota-se que inicialmente o adiamento foi sugerido pela própria ONU (KOTOUDI, 2004: 38)

As Bases do Neo-intervencionismo Francês

Além das origens históricas, a atual crise marfinense está diretamente ligada a uma nova fase da política francesa para a África. Esta política é baseada na centralidade histórica da Costa do Marfim como entreposto francês na região e foca-se na recuperação de espaços de influência perdidos, sendo sustentada por um novo ciclo de intervencionismo militar.

A Costa do Marfim construiu-se quase como um tipo ideal de neocolonialismo, conforme o conceito do líder ganês Kwame Nkrumah. Após as independências dos países africanos, o país estabeleceu relações estreitas com a antiga metrópole, articulada pelo intermédio do líder francófono-nacionalista Houphouët-Boigny – o qual já possuía importante circulação política antes mesmo da independência marfinense em 1960. Isso proporcionou o favorecimento político-financeiro e investimentos que fizeram diferença para o desenvolvimento econômico do país. Para a França, a manutenção de sua influência política e econômica nas antigas colônias serviu como forma de manter o status de potência européia e mundial. (VISENTINI, 2007:111).¹⁴

Os grandes grupos franceses tradicionalmente presentes no continente africano são quase todos ativos na Costa do Marfim, direta ou indiretamente. Conforme dados do tesouro francês até o início da crise em 2002, havia cento e quarenta filiais de empresas francesas empregando cerca de quarenta mil pessoas e algo como quinhentas Pequenas e Médias Empresas (PME) francesas na Costa do Marfim (FRANCE DIPLOMATIE, 2011).

¹⁴ Essa posição também era realizada mediante a intervenção nas questões militares, o que dava à antiga metrópole o título de gendarme ocidental na África, sobretudo na África ocidental (VISENTINI, 2007:111; NYT, 2011). A política intervencionista, denominada de *Françafrique*, era fundamental também para os países africanos e seus líderes, os quais, com o apoio francês, garantiam legitimidade nas ordens nacional e internacional (CLAPHAM, 2005). Na esfera econômica, havia ainda a garantia da continuidade da complementaridade comercial da época colonial.

Ainda conforme o próprio governo francês, a Costa de Marfim é o primeiro parceiro comercial da França dentro da zona do Franco e o quarto parceiro comercial em toda a África subsaariana. Ou seja, dentre todos os países da África Ocidental Francesa (AOF) e da África Equatorial Francesa (AEF), Costa de Marfim tem o maior peso comercial para a França. O volume de negócios de empresas ou filiais com participação de capital francês instalados em Costa do Marfim representa cerca de 30% do PIB e 50 % das receitas fiscais do país africano (FRANCE DIPLOMATIE, 2011). Além disso, o país recebe uma grande ajuda financeira da França, seja através de seus fundos de cooperação ou através de empréstimo junto a instituições financeiras internacionais.

Importa referir que esta parceria foi estabelecida mediante uma lógica semelhante a do enclave econômico. Nas economias de enclave (geralmente dependentes das exportações de poucas *commodities*) nota-se normalmente maiores disputas entre oligarquias regionais pelo controle da(s) principal(is) fontes de renda, especialmente aquelas de origem mineral (metálicos ou fósseis). Durante períodos de grande crescimento dos valores das *commodities* seguidos de crise e escassez de divisas, essas disputas aumentam significativamente, e muitas vezes provocam confrontos violentos. Afinal, nessas economias exportadoras de produtos primários, a oligarquia que controla o Estado, na prática tem acesso a benefícios econômicos diretos resultantes da exploração das atividades econômicas de exportação, ou seja, quem controla o governo na prática controla a principal fonte de renda do país e é em geral sustentado por algum importante aliado externo. Conflitos são agravados pela intensificação da competição internacional entre as grandes potências que são sempre grandes consumidoras de *commodities* agrícolas e de energia.

Além disso, os conflitos atuais da Costa do Marfim parecem ter alguma relação com a busca pela recuperação de espaços de influência perdidos na região por parte da França, principalmente em países que se qualificam como grandes economias de enclave (setor externo é o eixo dinâmico da economia). Importa que houve no período do pós-Guerra Fria a construção de um ambiente mais autônomo para os países africanos. Como indicadores desta afirmação, tem-se: o fortalecimento das organizações

regionais, como a CEDEAO/ECOWAS, que estabeleceu importantes intervenções militares nos conflitos de Libéria e Serra Leoa; e a construção de uma organização continental mais autônoma na forma da União Africana (UA), a qual chega atualmente a manter um importante programa autônomo de desenvolvimento (NEPAD), a se opor a mandatos de prisão da Corte Penal Internacional e a coordenar missões de paz de peso, como na Somália e no Sudão.

Pode-se citar ainda, o crescimento dos investimentos autóctones no continente, como o avanço do fluxo de capitais derivados do petróleo, advindos de Líbia e Angola que, juntamente com os investimentos sul-africanos, tornaram-se proeminentes nos países da África subsaariana, em particular na África francófona.

No primeiro semestre de 2008 a França perdeu o privilégio de ser o primeiro parceiro e fornecedor de Costa Marfim para outros parceiros, devido ao efeito do petróleo importado da Nigéria (FRANCE DIPLOMATIE, 2011), mas também para parceiros como a Líbia de Muammar Gaddafi, que fixou como objetivo ocupar uma posição de liderança na África em detrimento da oposição por parte dos países ocidentais.

Segundo Chouala (2007), a participação da Líbia na economia africana aumentou significativamente nos últimos anos. Enquanto a França perdeu o privilégio de ser o principal fornecedor ou parceiro comercial da África subsaariana, a Líbia vem aumentando de maneira exponencial seu comércio em direção a esses países. Assim, as exportações da Líbia em 1997 são estimadas em 199 milhões de dinar líbio enquanto que suas importações somavam no mesmo ano, 182 milhões, ou seja, 17 milhões de diferença. Os dez principais países africanos importadores de produtos líbios, por ordem de importância mensurada pelo valor em milhões de dinares, são: Tunísia (84323), Egito (493280), Marrocos (44731), Zimbábue (1117), Argélia (730) Mauritânia (522), Costa de Marfim (376), África do Sul (171) Somália (63) e Etiópia (32). É importante observar se a Costa de Marfim não consta como fornecedor da Líbia, faz parte dos clientes mais relevante em comparação, por exemplo, com a África do Sul. Atualmente, os investimentos da Líbia nos países africanos, são identificados tanto nos setores de

turismo e hotelaria, da indústria, da agricultura, petróleo e minas, no setor de transporte e particularmente nos setores bancário.

Ademais, importa a diversificação de parceiros externos nos países do continente, com o aumento da presença chinesa, indiana e brasileira, principalmente após 1995. A própria descoberta do pré-sal no litoral brasileiro, intensificou a “corrida” das corporações petrolíferas multinacionais pelo petróleo dos países atlânticos da África, especialmente no Golfo da Guiné (que já é principal região petrolífera do continente africano), especialmente devido à perspectiva de que em um futuro próximo sejam encontradas reservas similares nestes países, nas formações geológicas que apresentam semelhança com as formações na América do Sul (O&GJ, 2009; E&PM, 2009).

Assim, a descoberta de petróleo nesses países tem sido um fator de desestabilização política, pois gera a intensificação das disputas locais e o aumento da interferência estrangeira nessas disputas. O caso da Costa do Marfim pode se encaixar neste “modelo” explicativo, com algumas ressalvas, já que é um país com uma economia tradicionalmente mais complexa para o padrão da região, onde a exportação de cacau e café tem um peso maior na economia e nas contas externas do país. Além disso, as reservas já provadas de petróleo no país não são tão grandes, e as exportações são relativamente pequenas. Entretanto, já ultrapassaram a produção de outros países petrolíferos menores na região do Golfo da Guiné, como Camarões e a Costa do Marfim é considerado um dos mais “novos” países petrolíferos da região. Caso tenha reservas petrolíferas muito maiores do que as provadas na atualidade, pode ter um papel mais significativo nas exportações da África Ocidental.

Nesse sentido, houve nos últimos anos, principalmente mediante a figura mais autonomista de Gbagbo em relação à França, uma maior diversificação de investimentos no setor energético do país. A Costa do Marfim se tornou alvo de novos investidores no setor petrolífero, incluindo não apenas empresas norte-americanas como a Devon Energy e a Vanco, ou européias como a Shell, Tullow e Dana Petroleum, mas, também empresas petrolíferas que não possuem uma presença tradicional na região, como a canadense CNR, a italiana Edison, a suíça Addax (adquirida pelos chineses), a indiana

Oil India, a Emirati Al Thani dos Emirados Árabes Unidos, e as semi-estatais ONGC Videsh da Índia, a Sinopec, da China, e a Lukoil, da Rússia. A companhia russa Lukoil realizou mapeamentos de sísmica 3D em mais de 3000km² no litoral da Costa do Marfim e anunciou investimentos de quase \$1 bilhão em prospecção na Costa do Marfim e no país vizinho Gana para o período 2011-2012, em meio a um plano de investimentos globais de cerca de \$9 bilhões (PA, 2010 e 2011; OILVOICE, 2010).

Embora as reservas provadas da Costa do Marfim ainda sejam ínfimas, tudo indica que existem grandes reservas potenciais a serem desenvolvidas nos próximos anos em águas *offshore* – profundas e ultra-profundas–, como demonstram os projetos de investimentos em prospecção anunciados pelas empresas russas e americanas para os blocos com mais de 1000m ou 2000m de profundidade. A descoberta, por empresas russas e americanas, de reservas petrolíferas *offshore* em camadas de rochas localizadas entre 3000 e 4000m de profundidade, na vizinha Gana, amplia as perspectivas de novas descobertas nas áreas contíguas das águas ultra-profundas marfinenses. Entretanto, devido á atual crise política, uma parte desses planos pode ser adiada e mesmo a participação da Costa do Marfim em fóruns regionais de países petrolíferos pode ser reduzida, apesar do país atualmente ocupar a presidência da APPA, Associação dos Produtores de Petróleo Africanos.

Por fim, cumpre referir que o neo-intervencionismo francês, que apresenta atualmente uma intensificação do seu perfil militar revestido de caráter multilateral, representa uma inflexão ultraconservadora no país europeu. Em um dos momentos mais críticos para a economia e o futuro da integração da União Européia (UE), Nicolas Sarkozy estabeleceu uma aliança estratégia com o único país da UE que rejeita as suas estruturas monetárias (Inglaterra), adotou o intervencionismo como força motriz da política externa (representado nas intervenções na Líbia, na Costa do Marfim e no Afeganistão) e recrudescer o conservadorismo interno frente aos imigrantes.

Considerações Finais

Este artigo procurou traçar um caminho lógico e histórico que relaciona a crise atual na Costa do Marfim com a ruptura do processo de construção do Estado nacional

após a morte do Presidente francófono-nacionalista Félix Houphouët-Boigny em 1993 (representada mormente pela adoção da ideologia da *ivoirité* pelas elites políticas nacionais) e com um neo-intervencionismo francês – que procura recuperar espaços de influência político-econômica perdidos gradualmente desde o fim da Guerra Fria.

Uma questão decorre da percepção do novo posicionamento de Paris: quem ganha e quem perde no sistema regional com o intervencionismo francês na Costa do Marfim? No curto prazo, a França visivelmente ganha com a garantia da manutenção de sua esfera de influência em um país de posição privilegiada na África Ocidental. Além disso, a vitória gera ânimo para o intervencionismo militar do país em cenários ainda mais complexos, como o da Líbia. Por outro lado, quem mais perde com a vitória francesa parece ser a autonomia e o regionalismo africanos. Apesar de a CEDEAO, mediante a liderança nigeriana, ter sido favorável à intervenção militar, a organização regional deu preferência a uma resolução continental, no âmbito da UA. Todavia, as diferentes posições dentro da organização (i.e. países como Angola e África do Sul, apoiaram inicialmente Gbagbo; sendo que este último país chegou a estabelecer navios militares na costa marfinense) bloquearam uma solução concertada e enfraqueceram a legitimidade de uma ação mais enfática por parte da CEDEAO.

Quanto ao futuro da população da Costa do Marfim, pouca certeza resta. O governo de inclusão dos diferentes grupos beligerantes já apresenta instabilidades, desequilíbrios e conflitos internos. Pode-se citar seis dificuldades principais para o novo governo de Ouattara.

A primeira e mais urgente, diz respeito à reconstrução de partes do país dizimadas pela guerra (como a cidade de Abidjan), ao restabelecimento de serviços públicos (como os de água, luz, saúde e educação), à garantia do acesso da população a alimentos e à reestruturação os principais setores da economia nacional (IRIN, 2011a).

A segunda dificuldade principal se refere à oposição popular ao governo de Ouattara. Esta oposição tende a resgatar a retórica da *ivoirité*, sobretudo, pelo fato de que Ouattara chegou ao poder mediante o suporte de uma intervenção estrangeira e os

principais cargos de seu governo são compostos quase que exclusivamente por marfinenses do norte (TIME, 2011; RFI, 2011b).¹⁵

A terceira dificuldade relaciona-se com o fato de que o exército nacional atual é composto por unidades que lutam entre si. As forças rebeldes dissidentes de Ibrahim Coulibaly (chefe do grupo pró-Ouattara “Comando Invisível”), que em abril contabilizavam 5.000 homens e atuavam no distrito de Abobo (em Abidjan), ainda são insubmissas, mesmo com o assassinato de seu líder em 27 de abril (RFI, 2011a). Além disso, em fins de abril forças que faziam parte da coalizão de Ouattara começaram a se digladiar em busca do controle da cidade de San Pedro, umas das capitais comerciais do país (SMITH, 2011). Uma das origens do problema é a heterogeneidade das FNCI e de sua sucessora *Forces Républicaines de Côte d’Ivoire* (FRCI).¹⁶ É por isso que a reforma do exército e a construção de uma cadeia de comando e controle efetiva talvez seja a tarefa mais importante de Ouattara (RFI, 2011d).

Ademais, pode-se citar a existência de forças pró-Gbagbo no oeste do país, região conhecida atualmente como “wild west”, devido ao vácuo de poder. Parte dessas forças é reforçada por mais de 2.000 rebeldes e mercenários liberianos pró-Gbagbo vindos do distrito de Youpougon em Abidjan, o qual foi palco de massacres durante quatro meses e somente foi relativamente estabilizado em meados de maio (RFI, 2011c).

A quinta grande dificuldade é percebida no revanchismo de populações de regiões vítimas de massacres executados pelas forças pró-Ouattara. Este é o caso do grupo *guéré* da região de Duekoue (oeste do país) – o qual foi vítima de massacres cometidos por grupos que com suporte de e aliados às FRCI, que resultaram em valas coletivas de até 800 pessoas. Populações locais começaram a se organizar sob a forma de grupos de resistência popular, assim como na cidade de Sassandra (sudoeste do país)

¹⁵ Apesar de criar uma Comissão Diálogo, Verdade e Reconciliação e de indicar para sua presidência Charles Konan Banny, ex-Primeiro Ministro de Gbagbo, grande parte dos oficiais de alto-escalão do antigo governo foram demitidos (M&G, 2011).

¹⁶ *Forces Républicaines de Côte d’Ivoire* (FRCI) – Criadas em 17 de março de 2011 por Ouattara, reuniu as *Forces Nouvelles de Côte d’Ivoire* (FNCI) e porções aliadas das *Forces Armées Nationales de Côte d’Ivoire* (FANCI). Tornou-se, o nome das Forças Armadas nacionais após a ascensão do novo Presidente.

(IRIN, 2011b). Prover segurança e justiça para populações traumatizadas e oprimidas são, outrossim, tarefas centrais do novo governo (BANGURA, 2011).

Por fim, se reproduzem pesadas críticas a Ouattara por ter, após a captura de Gbagbo, o enviado a uma prisão domiciliar – o que só pode ser sustentado juridicamente em uma lei ambígua de 1963 que permite a prisão de pessoas suspeitas de ameaçar a segurança nacional. Todavia, os eleitores de Gbagbo (46% do eleitorado nacional) devem estar se questionando porque os responsáveis pelos massacres no oeste do país também não estão detidos sob prisão domiciliar.

Em suma, “a saída de Gbagbo não resolve por si só os problemas da Costa do Marfim, que continua sendo um país dividido” (BANGURA, 2011). O intervencionismo externo atua como um fator complicador nesta complexa realidade, mostrando-se potencialmente explosivo na medida em que impede a solução das causas iniciais do conflito. Possivelmente, se verá o inverso da lógica estabelecida por Hipócrates e lembrada recentemente pelo ex-chanceler Celso Amorim em palestra em Porto Alegre: mais do que curar, o dever primordial de um médico é não causar danos. As intervenções externas, nos moldes da empreendida na Costa do Marfim, parecem desconsiderar esse princípio básico da convivência humana.

REFERÊNCIAS

- BAH, Abu Bakarr (2010). “*Democracy and civil war: Citizenship and peacemaking in Côte d’Ivoire*”. African Affairs, vol. 109, Issue 437, pp. 597-615. <<http://afraf.oxfordjournals.org/content/109/437/597.full.pdf>>
- BANGURA, Yusuf (2011). “*Rebuilding Cote d’Ivoire: Lessons from Sierra Leone*”. International Relations Security Network (ISN). 09/05/2011. <<http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/ISN-Insights/Detail?lng=en&id=128971&contextid734=128971&contextid735=128968&tabid=128968128971>>.

- CAMPBELL, Horace (2007). “*China in Africa: Challenging US Global Economy*”. In: MANJI, Firoze & MARKS, Stephen (eds.) *African Perspectives on China in Africa*. Fahamu: Oxford, Inglaterra; Nairobi, Quênia.
- CAUBIN, Antony. *La coopération économique chinoise em Afrique de l’Ouest : L’exemple de la Côte d’Ivoire*. Sciences Po Toulouse, Mémoire de recherche. <http://memoires.sciencespo-toulouse.fr/uploads/memoires/2010/memoire_CAUBIN-ANTHONY.pdf>
- CHOUALA, Ives Alexandre (2007). “*La Libie, l’Afrique et l’Europe : l’enjeu africain dans les determinants de la politique libienne de l’Europe*”. pp.131-151. In: MAROUF, Nadir (org). *Les identités régionales et la dialectique Sud-Sud en question*. CODESRIA: Dakar, Senegal.
- CLAPHAM, Christopher (2005). *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge Studies in International Relations: Cambridge, UK.
- COOK, Nicolas (2011). “*Cote d’Ivoire’s Post-Election Crisis*”. CRS Report for Congress. January 28. Congressional Research Service, Washington, DC. <http://assets.opencrs.com/rpts/RS21989_20110329.pdf>
- E&PM (2009). “*Presalt basins identified in Gabon: A new study indicates Brazilian analogs*”, E&P Magazine. 01/07/2009.
- <<http://www.epmag.com/Magazine/2009/7/item41404.php>>
- FRANCE DIPLOMATIE (2011). *La France et la Côte d’Ivoire*. Ministère des Affaires étrangères et européennes. Abril, 2011. <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/pays-zones-geo_833/cote-ivoire_339/france-cote-ivoire_1133/index.html#sommaire_2>
- GBERIE, Lansana; ADDO, Prosper (2004). *Challenges of Peace Implementation in Côte d’Ivoire*. The Institute for Security Studies – ISS. Monograph n° 105, August. Pretoria, África do Sul: <<http://www.iss.co.za/pubs/Monographs/No105/Contents.html>>
- GLASER, Antoine, SMITH Stephen (2005). *Comment la France a perdu l’Afrique*. Ed. Autrement: Paris
- IRIN (2011a). “*CÔTE D’IVOIRE: Les agences humanitaires s’efforcent de rester impartiales*”. Integrated Regional Information Networks, 25/05/2011 Abidjan/Dakar <<http://www.irinnews.org/fr/reportfrench.aspx?reportid=92567>>

IRIN (2011b). “*COTE D’IVOIRE: Mistrust high hurdle in west*”. Integrated Regional Information Networks, 05/05/2011, Duekoue.
<<http://www.irinnews.org/report.aspx?reportid=92648>>

IRIN (2011C). “*COTE D’IVOIRE-LIBERIA: Fighting rumours with fact*”, Integrated Regional Information Networks, 13/05/2011, Dakar.
<<http://www.irinnews.org/report.aspx?reportid=92711>>.

KIEFFER, Guy-André (2000). “*Armée Ivoirienne: Le Refus du Déclassement*”. Politique Africaine. No. 78, June. p. 26-44.

<http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/polaf/pdf/078026.pdf>.

KOHLER, Jessica (2003). *From Miraculous to Disastrous: The Crisis in Côte d’Ivoire*. Centre for Applied Studies in International Negotiations (CASIN), August. Genova, Suíça.

<http://kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/20307/ipublicationdocument_singledocument/df6a253c-0a45-4306-847e-deeda4b244e2/en/08.2003.pdf>.

KOTOUDI, Idimama (2004). “*La crise Côte d’Ivoire: Comprendre et traiter la crise en Côte d’Ivoire*”. Institut Panos Afrique de l’Ouest - IPAO, Dakar.
<http://www.panosaudio.org/pub/CRISE_COTE_DIVOIRE.pdf>.

M&G (2011). “*Ouattara sacks top officials close to ex-rival*”, Mail & Guardian Online, 14/05/2011. Abidjan, Côte d’Ivoire. <<http://mg.co.za/article/2011-05-14-ouattara-sacks-top-officials-close-to-exrival/>>.

MANJI, Firoze & MARKS, Stephen (eds.) *African Perspectives on China in Africa*. Fahamu: Oxford, Inglaterra; Nairobi, Quênia. 2007.

MICHEL, Serge; BEURET; Michel; WOODS, Paolo (2008). *La Chinafrique: Pekin à la conquête du continent noir*. Hachette: Paris, França.

O&GJ (2009). “*Soco spuds Liyeke Marine-1 oil well off Congo*”, Oil & Gas Journal. 25/08/2009. <http://www.ogj.com/index/article-display/3392451780/s-articles/s-oil-gas-journal/s-exploration-development-2/s-2009/s-08/s-soco-spuds_liyeke.html>.

OILVOICE (2010). “*LUKOIL, Vanco and PETROCI: Complete Exploration Well Offshore Cote d’Ivoire*”. Oil Voice, Monday, 19/04/2010.
<http://www.oilvoice.com/n/LUKOIL_Vanco_and_PETROCI_Complete_Exploration_Well_Offshore_Cote_d39Ivoire/3a2657523.aspx>.

- PA (2010). “*Lukoil Has Cash to Spend for West Africa*”, Petroleum Africa, 15/09/2010. <<http://www.petroleumafrica.com/en/newsarticle.php?NewsID=10301>> .
- PA (2011). “*Lukoil Dangles Billions for African Frontier Exploration*”. Petroleum Africa, 05/01/2011. <<http://www.petroleumafrica.com/en/newsarticle.php?NewsID=10852>> .
- RFI (2011a).. “*IB tué par les forces d'Alassane Ouattara*”. Radio France Internationale, 28/04/ 2011. Côte d'Ivoire. <http://www.rfi.fr/afrique/20110428-ib-abattu-forces-alassane-ouattar?ns_campaign=nl_MONDE280411&ns_mchannel=newsletter&ns_source=emailvision&ns_linkname=lire-2&ns_fee=0> .
- RFI (2011b). “*Côte d'Ivoire : Charles Konan Banny pressenti pour diriger la commission «Vérité, dialogue et réconciliation»*”. Radio France Internationale, 02/05/ 2011. Côte d'Ivoire / Politique. < http://www.rfi.fr/afrique/20110502-cote-ivoire-charles-konan-banny-pressenti-diriger-commission-verite-dialogue-reconc?ns_campaign=nl_AFRIQUE020511&ns_mchannel=newsletter&ns_source=emailvision&ns_linkname=lire-1&ns_fee=0>.
- RFI (2011c). “*Côte d'Ivoire : charniers à Abidjan, des violences dans l'Ouest*”. Radio France Internationale, 10/05/2011. <http://www.rfi.fr/afrique/20110510-cote-ivoire-charniers-abidjan-violences-ouest?ns_campaign=nl_MONDE100511&ns_mchannel=newsletter&ns_source=emailvision&ns_linkname=lire-1&ns_fee=0> .
- RFI (2011d). “*Réformer l'armée : l'un des défis d'Alassane Ouattara*”. Radio France Internationale, 17/05/2011. Côte d'Ivoire / Politique. <http://www.rfi.fr/afrique/20110517-reformer-armee-defis-alassane-ouattara?ns_campaign=nl_AFRIQUE170511&ns_mchannel=newsletter&ns_source=emailvision&ns_linkname=lire-1&ns_fee=0>. Acesso: 16/05/2011.
- SMITH, David (2011). “*Fighting threatens Ivory Coast return to normality*”. *The Guardian*, 21/04/2011. <<http://www.guardian.co.uk/world/2011/apr/21/fighting-threatens-ivory-coast-recovery>>.
- UNACI (2011). *West Africa - Côte d'Ivoire Emergency: Number of refugees*. As 12/05/2011. UNHCR United Nations High Commissioner for Refugees & OCHA – Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/map_196.pdf>

- VIZENTINI, Paulo F. (2007). “*A África Independente e a Guerra Fria*”. In: VIZENTINI, Paulo F.; RIBEIRO, Luis Dario; PEREIRA, Analucia Danilevicz. (2007). *Breve História da África*. Ed. Leitura XXI: Porto Alegre, RS.
- VIZENTINI, Paulo F. (2011). *A África na Política Internacional: O sistema interafricano e sua inserção mundial*. Ed. Juruá. Curitiba, PR.
- WHANDE, Webster (2010). “*Reverse Rural-urban Migrations: An Indication of Emerging Patterns in Africa?*”. The Institute for Security Studies – ISS. News on ISS Africa. 11/10/2010. Pretoria, África do Sul. <http://www.issafrica.org/iss_today.php?ID=1040>.
- WOODS, Dwayne (2004). “*Predatory elites, rents and cocoa: a comparative analysis of Ghana and Ivory Coast*”. Commonwealth & Comparative Politics, vol. 42, Issue 2, pp. 224 – 241.

Recebido em 01 de Junho de 2011. Aprovado em 20 de junho de 2011.

RESUMO

Nos últimos meses presenciou-se uma grave crise política na Costa do Marfim, a qual possui origens históricas e estruturais. Este texto busca analisar os fatores internos e externos relacionados à crise e questionar sobre a sustentabilidade da solução adotada, a saber, o recurso ao intervencionismo extra-regional.

PALAVRAS-CHAVE

Costa do Marfim; Alessane Ouatarra; Laurent Gbagbo.

ABSTRACT

In recent months we witnessed a serious political crisis in Ivory Coast, which has historical and structural origins. This article analyzes the internal and external factors related to the crisis and questions the sustainability of the solution, namely the employ of extra-regional interventionism.

KEYWORDS

Ivory Coast; Alessane Ouatarra; Laurent Gbagbo.